



**Exmo. Senhor**

**Presidente da Comissão de de Economia, Obras  
Públicas, Planeamento e Habitação**

**Deputado Afonso Oliveira,**

**Assunto:** Audição da Sra. Ministra da Presidência

De acordo com o relatório do Tribunal de Contas, “Reação ao impacto adverso da pandemia na Economia”, divulgado hoje, 15 das 24 medidas extraordinárias propostas pelo Ministério da Economia “não tiveram qualquer execução financeira até 31 de Dezembro de 2021”.

Segundo o relatório, nalguns casos, as medidas não tiveram adesão e, por isso, revelaram-se “inúteis”, sendo que “apenas 37,5% das medidas tiveram execução financeira”. “Além da insuficiente execução financeira das medidas, só sete tiveram meta definida e só uma a atingiu, 15 não apresentaram resultados e não foi demonstrada a eficácia das medidas em alcançar os seus objectivos, nem em recuperar a situação inicial”.

No global das 24 medidas, que totalizavam um apoio de 13.160 milhões de euros, apenas nove delas tiveram execução financeira, comprometendo-se o Estado a apoiar em 11 mil milhões de euros. Porém, o relatório alerta que a quase totalidade (90%) desse compromisso se resume à garantia pública sobre operações de crédito.

Mais, o Tribunal “reconhece” que a resposta à pandemia teve de ser dada num ambiente de “elevada incerteza, complexidade e de rápida mudança”, mas também frisa que “não foram determinadas com rigor as necessidades decorrentes do impacto adverso da



GRUPO PARLAMENTAR

pandemia”.

Concluindo, a reacção do Estado à pandemia em matéria de apoios à economia foi fraca e sobretudo cheia de propaganda. “A reacção ao impacto adverso da pandemia não foi a adequada para assegurar a recuperação da economia e confirma como principais riscos a incompletude e insuficiência da informação reportada; o insuficiente grau de execução das medidas; e a ineficácia das medidas.”

Para o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata importa esclarecer os factos e responsabilidades políticas ou outras, em torno das medidas propostas pelo Governo para o combate à pandemia, bem como o grau de execução das medidas anunciadas e a eficácia das mesmas.

Assim, no âmbito das competências da Assembleia da República, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, nos termos legais e regimentais aplicáveis, solicitar a Vossa Ex.<sup>a</sup> o agendamento de uma audição a realizar na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, com carácter de urgência, à Sra. ministra da Presidência, Mariana Viera da Silva, enquanto coordenadora do Governo, à data, das medidas no combate à pandemia.

Palácio de São Bento, 17 de novembro de 2022

**Os Deputados**



GRUPO PARLAMENTAR